



# Anais da Assembléia

Nº 166

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, 22 DE DEZEMBRO DE 1980

ANO VI

## 2.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA DA 9.<sup>a</sup> LEGISLATURA ATA DA 164.<sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 22 DE DEZEMBRO DE 1.980 (CONVOCAÇÃO EXTRAORDINÁRIA) SEGUNDA-FEIRA

Presidência do Sr. Deputado Fabiano Braga Côrtes, secretariada pelos Srs. Deputados Basílio Zanusso e Gabriel Sampaio.

À hora regimental, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Fabiano Braga Côrtes, Tércio Albuquerque, Nelson Buffara, Basílio Zanusso, Fuad Nacli, Tadeu Lúcio Machado, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Airtton Cordeiro, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Cyro Martins, David Cheriegate, Edilson Alencar, Egon Pudell, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, João Mansur, José Domingos, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Luiz Alberto Oliveira, Mário Celso, Nelton Friedrich, Nestor Baptista, Nilso Sguarezi, Palácios, Quielse Crisóstomo, Renato Loures Bueno, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga e Werner Wanderer. (37). Trinta e sete; achando-se ausentes os Srs. Deputados: Lineu Turra, Carlos Zanlorenzi, Dácio Leonel, Darcy Deitos, Del Ciel, Deni Schwartz, Fidelcino Tolentino, Fiori Luiz, Gernote Kirinus, Gilberto Agibert Filho, João Elísio, José Domingos Scarpelini, José Tavares, Leônidas Chaves, Paulo Camargo, Pinto Dias, Renato Bernardi, Romero Filho, Rosário Pitelli, Waldyr Pugliesi e Wilson Fortes. (21). Vinte e um.

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

### SESSÃO

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede a leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. ADALBERTO DAROS — Sr. Presidente, solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) A Mesa deferred.

O SR. GILBERTO CARVALHO — (Pela Ordem) Sr. Presidente, antes que se proceda a verificação de votação, solicito chamada nominal dos Srs. Deputados.

(É procedida a chamada nominal dos Srs. Deputados)

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Responderam a chamada 29 Srs. Deputados. Há “quorum” para prosseguimento da sessão.

Em votação a Ata.

O SR. ADALBERTO DAROS — (Pela ordem) Sr. Presidente, antes da chamada nominal dos Srs. Deputados, eu havia solicitado verificação de votação, quanto à ata.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) A Presidência procederá a verificação de votação solicitada pelo Sr. Deputado.

O SR. ADALBERTO DAROS — Sr. Presidente, não há con-

dições para que a ata seja aprovada e não há condições de prosseguimento da sessão.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) A Mesa lembra ao Sr. Deputado que a sessão poderia ser aberta com 20 Srs. Deputados, que é o mesmo para efeito de abertura da sessão.

A Mesa colocará em verificação de votação a questão de ordem levantada pelo nobre Deputado.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Uma questão de ordem, Sr. Presidente. Realmente não conheço muito bem o Regimento Interno da Casa e eu gostaria que a Mesa informasse qual o dispositivo regimental que estabelece “quorum” para a aprovação da ata.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, uma questão de ordem. Só queria dizer a Vossa Excelência que estou presente no plenário e se for possível, marcar minha presença.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) A Mesa atende a questão de ordem.

O SR. ADALBERTO DAROS — Sr. Presidente, pela ordem. Nós temos visto nesta Assembléia, Sr. Presidente, se me permite, de que naturalmente, são feitas duas chamadas para a constatação de “quorum” ou não para a votação das matérias. E, não vi até hoje, Sr. Presidente, se marcar a presença depois de feitas as duas chamadas.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, apenas para justificar a minha presença, que em todos os legislativos federal e estaduais, o Deputado, na hora que está presente pede para marcar a sua presença. Embora, a impertinência do Deputado Daros não tenha razão de ser

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) A Mesa está consultando o Regimento Interno, para atender a questão de ordem levantada pelo Sr. Deputado.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, pela ordem. Sr. Presidente, para abreviar, só se se fizer um Regimento Interno novo. Porque o que rege os trabalhos desta Casa, não contém nenhum dispositivo que afirme taxativamente ser necessário quorum qualificado para aprovação da ata, e sim, para abertura dos trabalhos que tem que ter no mínimo 20 (vinte) Deputados. Em consequência, a ata deve ser aprovada com número não inferior a vinte Deputados.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) A Mesa responde a questão de ordem levantada pelo Sr. Deputado Erondy Silvério. O artigo 79 das sessões públicas diz: “A hora do início da sessão, verificando a presença de no mínimo vinte Deputados, a Presidência declarará aberta a sessão, sendo lida e posta em discussão a ata da sessão anterior, e não havendo restrição a mesma será dada como aprovada.

A Mesa em verificação de votação, atende à questão de ordem levantada pelo Sr. Deputado Adalberto Daros.

Os Srs. Deputados que aprovam a ata, queiram levantar-se.

O SR. ADALBERTO DAROS — Pela ordem, Sr. Presidente. Sr. Presidente, apenas que conste da ata da sessão anterior, como veio errada novamente hoje a Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) A Mesa esclarece ao Sr. Deputado que já verificou e a Ordem do Dia de hoje, está de acordo com o Regimento Interno.

Os Srs. Deputados que aprovam a ata que acaba de ser lida, queiram levantar-se. 24 Srs. Deputados aprovam.

Os Srs. Deputados que a rejeitam, queiram levantar-se. 3 Srs. Deputados rejeitam.

Aprovada

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede a leitura do seguinte

#### EXPEDIENTE:

#### Requerimentos:

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os Deputados que este subscrevem, no uso de suas prerrogativas regimentais, e representando as lideranças de todos os partidos e as respectivas bancadas que atuam nesta Casa, REQUEREM, após ouvido o douto Plenário, seja consignado voto de louvor ao servidor GIL CÉSAR DANTAS BRUEL, o qual, após cinco anos de produtivos serviços prestados a esta Assembléia Legislativa, retorna ao Poder Judiciário a fim de assumir a Assessoria do Gabinete do ilustre Desembargador Heliantho Guimarães Camargo, eleito recentemente Presidente do egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, dando-se ciência deste ao atual Chefe do Poder Judiciário do Estado, Desembargador Marino Bueno Brandão Braga, e ao próprio homenageado.

Sala das Sessões, em 22 de dezembro de 1.980

aa) Erondy Silvério — Líder do PDS;

Renato Bernardi — Líder do PMDB;

Edilson Alencar — Líder do PP; e,

Adalberto Daros — Líder do PTB.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário um voto de congratulações ao Dr. ANTERO DA SILVEIRA D.D. Procurador da Justiça pela posse no honroso cargo de Corregedor da Justiça do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 22 de dezembro de 1.980

a) Gabriel Manoel.

APOIAMENTO: João Mansur.

#### JUSTIFICATIVA:

O presente requerimento justifica-se pelo fato de ser de inteira justiça que o Poder Legislativo do Estado do Paraná preste a esse ilustre membro da Procuradoria de nosso Estado mais essa homenagem, haja visto que o mesmo ocupe pela segunda vez o referido cargo tendo já da vez anterior desempenhado suas funções com desvelo e propriedade.

Requer ainda que da decisão do douto Plenário, seja dado ciência ao congratulado.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o douto Plenário, seja consignada na ata dos trabalhos legislativos do dia de hoje, um VOTO DE APLAUSOS à "Turma de Comunicação Social - 1.980" da Universidade Católica do Paraná.

Sala das Sessões, em 22 de dezembro de 1.980

a) Mário Celso.

#### JUSTIFICATIVA:

Dos bancos escolares estão saindo 90 novos e preparados comunicadores sociais. São jovens que estarão fazendo a história da comunicação através dos tempos. A turma A é integrada por 42 formandos (Turma Prof. Hugo Daniel Mengarelli) e a turma B é formada por 48 (Turma Prof.ª Regina Benitez).

No dia 6 de janeiro de 1.981 (sexta-feira) eles estarão prestando o juramento e recebendo seus diplomas, no salão nobre do jornal "O Estado do Paraná". O paraninfo da turma será o Dr. Paulo Pimentel. O patrono será o jornalista e professor Walter Schmidt.

Muitos dos formandos já estão exercendo atividades no campo da comunicação social, distribuídos em rádio, televisão, jornal, assessorias de imprensa, cumprindo fielmente o juramento que vão reafirmar no próximo dia 16: "Juro cumprir os preceitos de responsabilidade e honestidade que caracterizam o perfeito exercício da profissão de comunicador social, propalando a verdade, bem como incentivar o processo de integração social, adaptando-me à nossa realidade, de modo que o homem e a Nação sejam beneficiados".

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o Plenário, REQUER o envio de sugestão ao Governador do Estado, para a formação de Grupo de Trabalho para a elaboração de plano de Lei propondo legislação própria para o cumprimento do disposto na Lei 6.684 de 1.º de dezembro de 1.980.

Com fundamento nas razões anexas, que constituem a justificativa do presente requerimento, este parlamentar sugere ao Sr. Governador do Estado a constituição de Grupo de Trabalho para a elaboração do plano de lei que permitirá ao Estado do Paraná atender ao disposto na Lei 6.684 de 1.º de dezembro de 1.980 (que estende aos servidores estaduais e municipais, nas condições que menciona, a contagem recíproca de tempo de serviço para aposentadoria, de que trata a Lei 6.226, de 14 de julho de 1.975).

Este Grupo de Trabalho não deverá limitar o seu trabalho ao atendimento das necessidades do Estado do Paraná, mas, também, subsidiar as prefeituras municipais para a iniciativa da lei necessária, privativa do Poder Executivo, nos termos constitucionais.

Por essa razão, impeditiva da atuação livre do legislador, é que apresento a presente sugestão, esperando pronto acolhimento por parte do Governador Ney Braga, sempre sensível às necessidades dos nossos valorosos servidores públicos.

É o requerimento, na forma regimental e do qual solicito se dê ciência à Associação dos Servidores Públicos do Paraná e a todos os prefeitos do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 22 de dezembro de 1.980

a) Airton Cordeiro.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado subscritor, atendendo as formalidades regimentais, REQUER a remessa de sugestão anexo, objetivando a criação do PRODESIN — Programa de Desenvolvimento Industrial Integrado do Estado do Paraná, nos termos e características expostas, em sendo uma das medidas propostas pelas Associações Comerciais do Oeste do Paraná, para minorar o esvaziamento crescente da região.

Sala das Sessões, em 22 de dezembro de 1.980.

a) Nilton Friedrich.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra no Pequeno Expediente ao Sr. Deputado Mário Celso, primeiro orador inscrito.

O SR. MÁRIO CELSO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Venho à Tribuna para justificar um requerimento pedindo voto de aplauso à turma de Comunicação Social de 1.980. E faço isso porque nessa turma estão diversos colegas nossos, colegas já embora ainda não formados, mas já militando na imprensa, na crônica política, social, esportiva, e alguns deles, inclusive, integrando o nosso Comitê de Imprensa da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, como é o caso do jornalista Nilson Pohl, que é do nosso Comitê de Imprensa, trabalha na "Gazeta do Povo", na "Rumo Paranaense", na "Atualidades Brasileiras".

Como é o caso de Neusa Miriam Lang Pohl, a esposa de Nilson; Ivens Moretti Pacheco, é também integrante do nosso Comitê de Imprensa e é jornalista da Rádio Cidade. O Aldo Alfredo Malucelli, é também um dos formandos e trabalha na Rádio Brasil 104, na FM e na Rádio Independência. O Elson Faxina, integrante da equipe da Rádio Santa Felicidade; Maurício Cavalcanti de Lima, nosso companheiro, também do Comitê de Imprensa da Assembléia e funcionário da Rádio Independência; Paulo Mosiman da Silva, conhecido como Foguetinho, trabalha na Rádio Capital, é também um dos formandos. Sara Bento de Carvalho, jornalista e repórter da TV Paranaense Canal 12, onde trabalha também no Departamento de Notícias no cargo de Redatora. Selmo Jandir Aragão, repórter policial da Rádio Independência.

Então, é importante que a gente exalte nesta Casa esses novos jovens que formam a turma de Comunicação Social de 1.980, da Universidade Católica do Paraná, cuja solenidade principal vai acontecer no dia 16 de janeiro, uma sexta-feira, quando eles estarão prestando juramento, juramento este que já vem sendo cumprido há algum tempo porque eles já vêm exercendo a profissão.

O paraninfo da turma será o Dr. Paulo Pimentel, jornalista, Deputado Federal; o patrono será o jornalista e professor Walter Schmidt, que também é assessor de imprensa e jornalista, estará sendo Patrono desta turma de Comunicação Social de 1.980.

E é importante que se exalte aqui o juramento da turma de Comunicação Social — "Juro cumprir os preceitos de responsabilidade e honestidade que caracterizam o perfeito exercício da profissão de comunicador social propalando a verdade, bem como incentivar o processo de integração social, adaptando-me a nossa realidade, de modo que o homem e a Nação sejam beneficiados".

Era essa a homenagem que eu gostaria de prestar no dia de hoje, meu caro Presidente, cumprimentando daqui a todos os formandos da Católica, aos novos jornalistas, aos novos homens, novas pessoas que vão passar a atuar no campo da atividade de Comunicação Social.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Sr. Deputado Airton Cordeiro.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê)

"NO DIA 1.º DE MARÇO DE 1.981 ENTRARÁ EM VIGOR A LEI N.º 6.664, APROVADA PELO CONGRESSO NACIONAL E SANCIONADA PELO PRESIDENTE DA

REPÚBLICA NO PRIMEIRO DIA DESTE MÊS. É A LEI QUE ESTENDE AOS SERVIDORES ESTADUAIS E MUNICIPAIS A CONTAGEM RECÍPROCA DE TEMPO DE SERVIÇO PARA A APOSENTADORIA. Reivindicação de muitos anos, a contagem recíproca, introduzida há cinco anos para os servidores públicos federais, finalmente alcançará a partir de março do próximo ano, aos servidores dos Estados e dos Municípios. TRAGO A ESTA CASA A PREOCUPAÇÃO DE QUEM TEM SENTIDO COM PESAR AS DEFORMAÇÕES SOCIAIS DO PAÍS, QUE TAMBÉM ATINGEM, AGORA MAIS INTENSAMENTE, OS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS. DE TODOS É SABIDO QUE AS ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO SOCIAL BRASILEIRA TROUXERAM DESIGUALDADES ENTRE CLASSES DE TRABALHADORES, CONFERINDO AOS DA INICIATIVA PRIVADA, COM TODA JUSTIÇA, O SALÁRIO DE NATAL E AGORA, MAIS RECENTEMENTE, O REAJUSTE SEMESTRAL. Ambos benefícios ainda não alcançaram os servidores públicos, civis e militares, o que, no meu entender, é o agravamento de sérios problemas para ponderável parcela da massa de trabalhadores brasileiros. TANTO O 13.º SALÁRIO COMO O REAJUSTE SEMESTRAL DE SALÁRIOS PARA OS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS, TEM SIDO, REITERADAMENTE, MOTIVO DE EXAUSTIVAS PREOCUPAÇÕES DE ENTIDADES DE CLASSE E DE POLÍTICOS COM VISÃO SOCIAL DOS PROBLEMAS HUMANOS. A contagem recíproca por tempo de serviço, consagrada pela Lei 6.226 de 14 de julho de 1.975, excluiu dos seus efeitos, os funcionários públicos, civis e militares dos Estados e Municípios.

Em junho do corrente ano, o Ministro da Previdência Social propôs e o Presidente da República encaminhou ao Congresso Nacional, plano de lei, ampliando os benefícios da Lei de 1.975. APROVADA A MATÉRIA PELO CONGRESSO NACIONAL, SANCIONADA PELO PRESIDENTE JOÃO FIGUEIREDO E PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO, DO DIA 2 DE DEZEMBRO ÚLTIMO, A LEI N.º 6.864, ESTABELECE NO SEU ART. 1.º QUE A APOSENTADORIA POR TEMPO DE SERVIÇO SERÁ ESTENDIDA, MEDIANTE LEGISLAÇÃO PRÓPRIA, AOS SERVIDORES PÚBLICOS, CIVIS E MILITARES, DOS ESTADOS E DOS MUNICÍPIOS. ESTA CASA ESTÁ CUMPRINDO AS DERRADEIRAS HORAS DO PERÍODO LEGISLATIVO DE 1.980 E A PREOCUPAÇÃO DESTE DEPUTADO É NO SENTIDO DE ALERTAR O GOVERNO DO ESTADO E ÀS PREFEITURAS MUNICIPAIS, PARA A NECESSIDADE DE PROMOVEREM, COM URGÊNCIA, OS ESTUDOS PARA A INICIATIVA DA LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA PARA ATENDER AO QUE PRECEITUA A LEI N.º 6.864.

Minha intenção é sugerir ao Governador Ney Braga, que tem dado tantas demonstrações de estima pelos servidores públicos do Paraná e, da mesma forma, aos Srs. Prefeitos Municipais, a elaboração de imediatos estudos objetivando a adequação da legislação estadual e de âmbito municipal.

ASSIM, APELO AO SR. GOVERNADOR QUE A PRIMEIRA MENSAGEM DO PODER EXECUTIVO DO PRÓXIMO ANO, COINCIDA COM A VIGÊNCIA DA LEI QUE PERMITE A CONTAGEM RECÍPROCA POR TEMPO DE SERVIÇO. DA MESMA FORMA, O FAÇO AOS SRS. PREFEITOS DOS MUNICÍPIOS PARANAENSES. PARA TANTO, SRS. DEPUTADOS, SUGIRO AO PODER EXECUTIVO A CRIAÇÃO DE UM GRUPO DE TRABALHO COMPOSTO PELOS SECRETÁRIOS DOS RECURSOS HUMANOS, DO PLANEJAMENTO, DAS FINANÇAS E DA CASA CIVIL, PARA A ELABORAÇÃO DO PLANO DE LEI COM QUE O ESTADO DO PARANÁ E OS SEUS MUNICÍPIOS VÃO SE COMPATIBILIZAR AOS PRECEITOS JUSTOS, E RECLAMADOS HÁ TANTO TEMPO, DA LEI QUE ESTENDE AOS

# SERVIDORES PÚBLICOS ESTADUAIS E MUNICIPAIS A APOSENTADORIA POR TEMPO DE SERVIÇO ATRAVÉS DE CONTAGEM RECÍPROCA."

Devo esclarecer à Casa que deixo de formalizar projeto de lei neste sentido, por impedimento constitucional, mas permito-me alertar o Governo e os Srs. Prefeitos, desta tribuna, para a extrema necessidade de urgente realização destes estudos, a fim de que não tenhamos que amargar, futuramente, desde que já temos o respaldo constitucional, o respaldo legal, a perda de tempo para aqueles que se podem beneficiar com esta nova lei.

Formalizo, Sr. Presidente, requerimento neste sentido, o qual peço se dê ciência à Associação dos Servidores Públicos do Paraná, às demais entidades de classe e aos Srs. Prefeitos Municipais, como interessados nesta matéria.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) Concedo a palavra ao Sr. Deputado Gabriel Manoel, inscrito.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Tomou posse, na quarta-feira última, no cargo de Corregedor do Ministério Público, o Procurador Antero da Silveira.

O Procurador Antero da Silveira pela vez segunda assume este cargo e nós, dentro da modéstia peculiar aos homens que sabem, numa visão, dar valor aos que lideram a justiça de nosso Estado, ficamos satisfeitos em virtude de inúmeros telefonemas que recebemos de companheiros nossos do interior pela eleição do mesmo, homem de origem humilde e que pela segunda vez está assumindo este cargo na Procuradoria.

Queríamos pedir vênua para que seja aprovado um requerimento nosso, um voto de aplausos e de satisfação ao Procurador Antero da Silveira. Queríamos contar com o beneplácito da douta Assembléia Legislativa do Paraná e contamos, desde já, com a sua aprovação. Agradecemos aos companheiros por esta singela, mas justa homenagem.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, queríamos antes de começar a votação, dos Srs. Desembargadores do Tribunal de Justiça do Paraná, dizermos que, na vez primeira, estivemos do lado oposto.

Mas, graças à orientação do nosso Líder, graças à orientação de Sua Excelência o Governador Ney Braga, quero dizer que o nosso voto é favorável; é favorável porque, em virtude da defasagem, em virtude da inflação galopante, temos que nos curvar à realidade dos fatos.

Então, quero dizer aos meus companheiros de bancada: o nosso voto é favorável à mensagem do Sr. Governador do Estado, e é favorável, também, à emenda do nosso Líder, Deputado Erondy Silvério.

Queremos dizer isso de público, antes da votação, que haveremos de seguir a orientação da maioria da nossa bancada, para que isto, uma votação corriqueira, não se torne, Sr. Presidente, Srs. Deputados, uma celeuma, onde vão cotejar as bancadas de nosso Partido e da Oposição.

Então, para que fique definido, o meu voto é favorável, Sr. Presidente, Srs. Deputados, seguindo orientação de nosso Líder Erondy Silvério.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) Concedo a palavra ao Sr. Deputado Erondy Silvério, inscrito.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Às vezes, a gente fica até preocupado em participar de um partido que dá cobertura, no âmbito federal, ao Governo da Nação. Preocupado, pois, tantos são os atos de alguns membros deste Governo, que vêm sempre em prejuízo da

coletividade.

Todavia, na vida democrática, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é necessário que os homens públicos, principalmente os representantes do povo, aprendam a divergir, a fim de não se tornarem solidários com atos que não vêm ao encontro dos desejos da coletividade.

Eu falo isto, Sr. Presidente, após ter lido no Jornal "O Estado do Paraná", de ontem, a seguinte nota: "O médico Francisco Alcântara Garcia, diretor do Posto do INAMPS — Centro da Capital paulista, foi exonerado ontem, pelo Ministro da Previdência". "A exoneração ocorreu após denúncia formulada por um jornal, de que o Posto Médico Previdenciário fora fechado, para que ali fosse realizada uma festa de confraternização".

Muito bem.

Acontece que na última sexta-feira, às 15:30 horas, o posto principal do INAMPS, que é aquele localizado na João Negrão, na esquina da Praça Santos Andrade, também foi fechado, com prejuízo não só do serviço médico, mas, de centenas de pensionistas que ali foram porque era o seu dia de receber a pensão mensal, dinheiro este que eles contavam para realização de seu Natal.

E qual não foi a surpresa dos que ali se dirigiam em verificar que aquela repartição estava fechada. Por que estava fechada? Exatamente pelos mesmos motivos ocorridos na agência da capital paulista, onde o seu diretor foi exonerado: realizava-se no INAMPS da Rua João Negra, esquina da Praça Santos Andrade, uma festinha de confraternização.

Enquanto os barnabés confraternizavam lá dentro, o povo cansado de esperar nas filas, teve que retirar-se, ir embora, e retornar apenas no dia de hoje.

O jornal perguntou: "E agora José?"

E eu pergunto ao Ministro da Previdência: Será que ele tomará idêntica medida, como foi tomada na Capital paulista, com relação ao INAMPS do Paraná? Deve fazê-lo; embora o superintendente seja do meu partido, e meu amigo pessoal.

Mas, acontece que o serviço público precisa ser moralizado. O povo não pode mais passar decepções após decepções como vem passando.

E por falar em Ministro da Previdência Social, todos aqueles que assistiram ontem ao Jornal noticioso que a Globo leva ao ar aos domingos, "O Fantástico", viram que o Ministro da Previdência, todo alegre, como se tivesse realizando um grande feito, foi anunciar a todo o País, que o INAMPS havia se responsabilizado por uma despesa de 50 mil dólares, para enviar o compositor da música popular brasileira, a tratar de uma moléstia incidiu, nos Estados Unidos.

Deixando de lado a parte humana, do gesto do INAMPS, porque é evidente que se uma pessoa, está necessitando para salvar a sua vida, de recursos médicos especiais, toda a Nação aplaude o gesto de um Ministro, quando determina que as despesas decorrentes de um internamento e de uma viagem ao exterior correrão por conta do órgão previdenciário. Mas eu pergunto: Quantos Joãos têm neste País? Quantos miseráveis tem neste País, que não conseguem um leito de hospital para se internar. Apenas porque um compositor da música popular brasileira, um compositor em voga no momento, lançou um apelo pela televisão, correu o Ministro da Previdência e garantiu-lhe um internamento e viagem ao exterior, na ordem de 50 mil dólares? Esses fatos é que revoltam. Atendam-se os operários que enfrentam madrugadas nas filas. Atendam-se os comerciários, atendam-se os homens do povo que realmente precisam da assistência médica.

E constantemente vê as portas se fecharem a todos os recursos que ele procura para minorar a sua dor, o seu sofrimento ou de sua família.

Fica aqui este registro e a minha estranheza. A minha

estranheza como brasileiro, como contribuinte da Previdência Social, como representante do povo, por este gesto inusitado do Ministro. Atendeu o compositor, para aparecer perante a Nação; 50 mil dólares, são 50 mil dólares, são mais de três milhões de cruzeiros.

E os pobres que às vezes não conseguem sem internamento, será que terão melhor sorte daqui para a frente? Vamos esperar para ver.

Obrigado, Sr. Presidente. (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) Concedo a palavra ao quinto orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado José Domingos.

O SR. JOSÉ DOMINGOS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Na condição de um dos representantes de Curitiba junto a esta Casa, queremos registrar a nossa tristeza, a nossa lamúria, pela horas que Curitiba vive em função das fortes chuvas verificadas nesses últimos dias.

A partir de sábado, um aguaceiro se abateu sobre Curitiba e este aguaceiro determinou uma série muito grande de problemas, problemas sérios que vêm demonstrar que ainda há muita coisa para se fazer, por se realizar nesta cidade, principalmente na sua área de bairros. Muito coisa a se fazer no que se relaciona a saneamento básico, porque os córregos que cortam a nossa cidade, estão entupidos, sujos, as valetas na mesma situação e em consequência, as chuvas sempre estão a determinar enchentes e as inundações de ontem e de hoje em Curitiba, deixaram um saldo extremamente negativo. Mais de quinhentas pessoas estão desabrigadas.

Hoje pela manhã, estivemos nos Bairros do Boqueirão, Uberaba, Alto Tarumã, aqui em Curitiba, e também comparecemos em alguns pontos do vizinho Município de Colombo, o mesmo acontecendo a São José dos Pinhais, onde também os problemas das enchentes criaram situações difíceis.

Houve a tomada de posição por parte da Prefeitura Municipal, da Secretaria do Bem-Estar Social, no sentido de assistência imediata às pessoas atingidas, assistência emergencial.

Mas que os fatos agora verificados sejam um marco no sentido de se fazer alguma coisa profunda, básica, fundamental no sentido do saneamento de Curitiba, porque as enchentes estão a se repetir permanentemente e nós já temos apelado em várias oportunidades, para uma melhor assistência aos arrebalde e é isto o que nós estamos pedindo hoje, porque a situação é aflitiva e lançamos aqui um apelo para que haja um esforço ainda maior por parte dos órgãos governamentais para que seja dada uma condição de assistência a essa gente que está desamparada, desabrigada e em situação difícil.

As primeiras medidas foram adotadas; mas há outras que devem ser adotadas, porque a situação realmente é caótica e se continuar chovendo aqui em Curitiba, pelo que observamos hoje aqui e em municípios vizinhos, nós poderemos até chegar a um estado de calamidade pública.

Um outro assunto e sempre nós debatemos isto aqui na Assembleia Legislativa, é relacionado à segurança pública.

Curitiba foi palco, além dos fatos das enchentes, de uma série muito grande de assaltos, de arrombamentos e crimes nestes últimos dias e estão falando em polícia comunitária.

Entendemos que a segurança deve ser dada pelo Governo. O povo já tem muita coisa a fazer e o Governo tem que assumir as suas responsabilidades.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) Concedo a palavra ao último orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Lázaro Dumont.

diente, Sr. Deputado Lázaro Dumont.

O SR. LÁZARO DUMONT — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A passagem nossa pela tribuna na tarde de hoje é para, em nome pessoal, hipotecar a minha solidariedade ao Deputado Federal pelo PDS do Rio Grande do Sul, Deputado Carlos Alberto Chiarelli, que numa atitude, não tanto corajosa, mas muito mais de justiça, encaminhou ao Presidente da República, uma exposição de motivos, solicitando que o Presidente substitua o atual Ministro do Planejamento, Sr. Delfim Neto e o Ministro da Fazenda, Sr. Ernani Galveas.

Na realidade hoje, a política econômica do Governo, além de ser hoje sem dúvida nenhuma, o grande cabo eleitoral da Oposição para as próximas eleições e continuará sendo até lá, porque não haverá milagres.

Ainda da incompatibilidade com o povo hoje, com o atual sistema de Governo, levado principalmente, pela forma como é dirigida a política econômica neste País.

Ainda, os Ministros da área econômica também, estão incompatibilizando com o Governo os próprios Ministros. E o exemplo está aí, as demissões de Ministros de áreas importantes que não estão tendo condições de aguentar a política econômica adotada pelo atual Governo.

E, por outro lado, queremos aqui também, nos solidarizar e congratular com as palavras do nosso Líder e do Governo, Deputado Erondy Silvério, quando levanta o problema da Previdência Social. É inadmissível que, só por um cidadão comparecer num programa de televisão, dizendo que não tem recursos para fazer um tratamento de saúde, o Ministro da Previdência Social, dando uma demonstração inclusive, de mal informado, porque não sabia ele que em São Paulo existe um hospital que há 12 anos faz o tratamento de saúde que ele mesmo autorizou por 50 mil dólares, para que um compositor vá aos Estados Unidos.

Se o Ministro da Previdência Social, quiser realmente saber o quanto de doente tem neste País, basta que ele fique uma semana na Assembléia, e ele vai ver centenas de trabalhadores, de homens sem recursos, que morrem à míngua na porta dos hospitais, porque não tem assistência previdenciária. Mas não dá IBOPE, não dá canal de televisão. E por isso, o Sr. Ministro da Previdência, vem aí querer dar uma de bom, dispendendo do cofre público mais 50 mil dólares, apenas para fazer cartaz.

Acho que chegou um momento de por um fim, naqueles que querem cartaz, vão trabalhar diretamente na televisão, ou no cinema.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) Encerrado o Pequeno Expediente. No Grande Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Nilso Sguarezi.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Na última semana, a Nação brasileira, tomou conhecimento da formação através de um grupo de brasileiros políticos, militares, empresários, religiosos, intelectuais, enfim, seguimentos de toda a sociedade brasileira, que preocupados com a gradativa e avassalante perda da identidade nacional, houveram por bem chamar a consciência cívica e patriótica dos brasileiros, para a maior ameaça de que uma Nação como o Brasil nos dias de hoje, vem passando.

Não é apenas a Oposição que nos últimos anos, tem se rebelado contra o poder do capitalismo internacional. Não é só a Oposição, porque Ministros que pertenceram a esse Governo que defende um sistema de capitalismo selvagem, houveram até Sr. Presidente, Srs. Deputados, a dignidade de renunciarem ao Ministério, por não concordarem com este verdadeiro crime de "lesa-majestade", que se comete

contra os valores tradicionais da sociedade brasileira, levando de roldão não só a nossa economia, mas até os valores básicos da própria cultura brasileira.

E, quando nós assistimos um Deputado do Governo, e até o próprio Líder da Bancada do PDS nesta Assembléia, se manifestar contra um Ministro que não acreditando nas condições da medicina brasileira, usa o dinheiro do povo para mandar aos Estados Unidos, um ser humano a tratar-se de saúde. É porque este Ministro, levado na alienação de que estão sendo levado o povo brasileiro.

O povo brasileiro já não acredita mais até nos valores da nossa medicina. Isto é um exemplo do que vem acontecendo no Brasil de hoje, que como eu disse, não é só na parte econômica, mas é na parte cultural, até o comprometimento da nossa História face a esse entreguismo, face a essa perda da defesa dos interesses nacionais.

Por isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, acreditamos de que esse manifesto, vasado naquela mesma linha nacionalista, de que foi a Carta dos Brasileiros, não poderia de maneira nenhuma deixar de ser transcrito nos Anais desta Assembléia Legislativa. Porque este manifesto haverá na História do Brasil, de ser um marco indestrutível da grande Revolução que se fará realmente nesta Nação, da retomada do destino desta Nação aos brasileiros, da parada do entreguismo que hoje, infelizmente, é liderado e propiciado por altas fontes governamentais.

Realmente o manifesto de nacionalismo é um manifesto de oposição, muito embora ele seja supra partidário.

Daí, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a necessidade de que a Casa tome conhecimento e de que fique aqui nos Anais para registro a íntegra deste documento, subscrito realmente por homens de expressão intelectual, cultural, por empresários, por generais, enfim por todos aqueles que se preocupam como o Brasil de amanhã, por todos aqueles que não submissos aos interesses espolientos do capitalismo internacional, querem que os seus filhos tenham não só o orgulho, mas também a satisfação de bater no peito e dizerem que o Brasil não é contra Nação nenhuma, mas que o Brasil não abre mão de responder presente no concerto das Nações.

E dia a íntegra deste documento, intitulado, "Em defesa da Nação ameaçada". (Lê)

"Após a Segunda Grande Guerra a economia mundial esteve em período de grande expansão, permitindo ao Brasil na vigência do modelo econômico iniciado em 1.956, transformar-se, excetuando-se os aspectos qualitativos, na 8.<sup>a</sup> Economia do Mundo Ocidental.

Entretanto, a persistência do mesmo modelo, sem as correções que atendessem aos objetivos, e as necessidades da Nação, determinou graves distorções políticas, econômicas e sociais, no desenvolvimento brasileiro.

Daí a estrutura dispersa e economicamente inviável do parque industrial, retalhado entre as principais empresas multinacionais, o crescimento da dependência tecnológica e a deterioração do processo educacional a ação dolosa contra o Instituto estruturador das Nações híidas que é a Universidade, o acelerar do endividamento externo, as investidas sobre o setor financeiro, a ameaça à posse dos recursos energéticos nacionais, a ocupação progressiva de parcelas consideráveis do Território Nacional por empresas estrangeiras. O profundo processo de alienação de nossa sociedade, a inexplicável doação do subsolo brasileiro, a exploração internacional, colaboram em um processo inexorável de desagregação da Nação brasileira.

No passado, quando uma Nação era invadida ou colonizada, surgia, cedo ou tarde, uma nova cultura e uma nova identidade nacional própria, dependendo não da qualidade, mas antes das resistências culturais relativas dos povos em confronto.

A nova cultura resultante se constituía independentemente da dominância de qualquer um dos participantes, em comunidade culturalmente autônoma e, conseqüentemente, com a capacidade de converter-se em Nação independente. O que está ocorrendo com o Brasil entretanto, não tem precedentes na História. Não estamos sendo submetidos a uma pluralidade de ações econômicas e sociais comandadas por interesses imediatistas, gerados no exterior e sem quaisquer compromissos com a vida nacional. Estas ações levadas a cabo com a omissão displicente de brasileiros, com flagrante indiferença à opinião pública nacional, vem se tornando cada vez mais freqüentes. O descaso aos interesses nacionais, com que empresas estrangeiras vêm trafegando dos seus negócios no nosso País, é evidenciado na leitura diária dos jornais.

Em qualquer país emancipado, não seriam sequer concebidas transações desta natureza, envolvendo parcelas significativas do patrimônio nacional. Sentem-se os interesses estrangeiros autorizados a elaborar propostas e projetos ofensivos à dignidade nacional, porque se acostumaram à tolerância excessiva que tem caracterizado a sociedade brasileira. A negligência e a permissividade com que nossa sociedade vem cuidando de seus próprios interesses, autoriza o capital alienígena a apresentar propostas lesivas à economia brasileira e ofensivas à dignidade nacional.

Todo esse conjunto de ações vem sistemática e, de maneira crescente, minando o poder de barganha e o de defesa dos interesses nacionais, agora já substancialmente enfraquecidos.

O processo de capitulação em curso é consubstanciado no início da aplicação em nosso País de algumas medidas preconizadas pelo Fundo Monetário Internacional - FAMI, cuja ação intervencionista retirará da Nação parcela de nossa soberania.

O objetivo do fundo e o que ele representa, é com sua situação no Brasil, adquirir um novo poder que permita a construção de uma ordem econômica internacional, ainda mais injusta que a dos últimos decênios de nossa vida.

A descaracterização da nacionalidade exige, da sociedade brasileira, uma ação decisiva para recuperação do comando de seu próprio destino e para reconquista de identidade nacional, essenciais à consolidação da abertura política e dela também essencialmente dependentes. Estas são condições indispensáveis à realização das aspirações maiores do povo brasileiro, a grande vítima em sua miséria, destas alienações.

Para dar estrutura e força ao movimento, em resguardo destes interesses nacionais, já está em curso a constituição de entidade capaz de reunir quantos estejam dispostos a oferecer seus concursos-análise ao entendimento, à divulgação e à defesa de tudo aquilo que se relacione com a preservação e o fortalecimento dos valores espirituais e morais e do patrimônio cultural e material do Brasil.

Desta forma, sem outra conotação ideológica, além do tradicional patriotismo brasileiro, convocamos homens e mulheres deste País, acima de posições partidárias, sob a proteção de Deus, ao esforço conjunto na defesa dos direitos da nacionalidade."

Assinam, Sr. Presidente, o presente manifesto, os seguintes brasileiros: Alceu Amoroso Lima, Antônio Cândido de Mello e Souza, General Antônio Carlos Andrade Serpa, Antônio Devê Viana, Antônio Hermírio de Moraes, Antônio Ues, Ariano Suassuna, Armando Pereira Peixoto, Aurélio Buarque de Hollanda, Barbosa Lima Sobrinho, Caio Amaral, Carlos Guilherme Motta, Cleanto de Paiva Leite, Cyro Martins, Euler Bentes Monteiro, Evandro Paranaguá, Fernando Henrique Cardoso, Gofredo da Silva Telles, João Camarão, Telles Ribeiro, José Walter Batista Vidal, Luís Carlos Bresser Pereira, Marco Antônio Campos Martins, Paulo Duarte, Pompeu de Souza, Roberto Saturnino Braga, Rogério Cesar de



Cerqueira Leite, Rômulo de Almeida, Ruy Lopes, Sérgio Buarque de Hollanda, Severo Gomes e Sinval Guazelli.

**O Sr. Nelson Friedrich** — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento)

Deputado Nilso Sguarezi, a temática trazida à Tribuna, evidencia o quadro, embora negro, da realidade brasileira.

Mas, é preciso que historicamente nós nos situemos bem, a saber: que o ex-MDB, quando no início da sua caminhada, em 1.966, já fazia uma pregação, embora na teoria, de que o modelo econômico imposto ao País, levaria uma grande concentração de renda, a perda da autonomia da nossa economia, além de um desprestígio grande aos interesses nacionais.

E isso nós dizíamos na teoria, no início do ex-MDB. Não fomos ouvidos, e a prática veio confirmar tudo aquilo que se dizia na Carta-Lançamento do Partido.

Mas, aos poucos, e isso é que é importante, setores que estavam comprometidos e aliados com o regime e o Governo, começaram a romper, começaram a, efetivamente, se rebelar, e nós que estamos integrados nessa luta há tanto tempo, e seguidamente, não compreendidos, vemos hoje, setores que tiraram, inclusive, proveito da estrutura econômico-financeira, social e política e cultural do País, hoje começam a esboçar essa reação comunitária no Brasil.

Não há que se alegar outra coisa a não ser os últimos documentos; está aí o documento da FIESP, de uma seriedade profunda, pela primeira vez admitindo aquilo que as Oposições têm cantado sempre, de que a inflação é um problema político, não só econômico, porque os PhDs, que existem nos Ministérios do Planejamento, da Fazenda, da Indústria e Comércio, em Brasília, deveriam ter todas as receitas para acabar ou diminuir a inflação.

Mas, como o princípio é mercantilista, da Bolsa de Chicago, da Escola de Chicago, numa visão não estruturalista, o que nós temos dito? Temos dito que a inflação é tratada como uma questão meramente econômica e não política.

Agora, a FIESP, em seu documento, em síntese, também trata disso, e convoca o Presidente que assuma também o comando da economia do País, tal a distância que entendem os grandes empresários, que existe entre o que o Governo está pretendendo fazer na política, com o que deveria fazer na economia.

O que dizer do documento recente da Confederação Nacional do Comércio, quase nos mesmos termos do documento da FIESP? O que dizer de, há alguns anos atrás, da Carta aos Brasileiros, subscrita por extraordinários juristas e pensadores deste País, que, para orgulho daqueles que sempre tiveram o bom-senso e a serenidade de analisar os problemas estruturais, já defendiam, das Arcadas de S. Francisco, a necessidade de uma mudança substancial, no comando político do País?

Mas, Srs. Deputados, isto também vem provar outro aspecto, e aí a felicidade deste documento novo que surge: uma carta nacionalista subscrita por pessoas de diversas categorias; e isto vem provar o isolamento do Governo e do Regime, e só não vê quem não quer ver. E este isolamento é que é perigoso, porque as mudanças não surgem; as propostas do Governo de estender a mão, são retóricas, porque no substancial não muda, como por exemplo, na questão econômica, na questão da distribuição de rendas; na perda da autonomia do País, enfim, em todo esse elenco de situações que atinge a todos e a cada um.

Abro só um parêntesis aqui, para também ver, para até felicidade dos brasileiros. Entre os subscritores, muitos que estiveram com o Governo; muitos como o General Andrada Serpa que inclusive assinaram o AI-5, que assinaram a internacionalização da economia e que levaram até à concen-

tração de renda, praticamente nas mãos de 1% do País. E que aos poucos estão se redimindo daquilo que compactuaram há muito tempo atrás. Mas é uma iniciativa elogiável; porque é o romper daqueles que despertam — e todos os setores da vida nacional estão despertando, para que nós tenhamos as mudanças estruturais necessárias neste País.

Tomara que também em Curitiba, Porto Alegre, e em tantas outras Capitais, surjam propostas como esta, para que, somando-se a todas as demais, e ao que os partidos de oposição, vem dizendo nos últimos tempos, o Governo se sensibilize e participe de um novo pacto social, mudando o poder político e portanto mudando a estrutura econômico-social política, e cultural que vige.

Muito obrigado e parabéns pela tempestividade de trazer este assunto à Casa.

**O SR. NILSO SGUAREZI** — Eu agradeço o aparte de Vossa Excelência.

E devo dizer de que o Paraná necessita se conscientizar, como bem disse Vossa Excelência, que desde 64 o ex-MDB vinha batendo nesta tecla do entreguismo que se abateu sobre a Nação. E eu digo o Paraná precisa se conscientizar disso, porque hoje, com raríssimas exceções, um Governo Federal está envolvido por esta mentalidade de que só conseguirá construir e realizar alguma coisa nesta Nação, se depender umbilicalmente dos grandes conglomerados e das grandes empresas transacionais.

Veja Vossa Excelência que nesta Assembléia, a partir de 1.970, que a nossa bancada vinha protestando diariamente contra a perda crescente da representação paranaense, perante o Governo Nacional, e hoje são os empresários do Paraná; estão os editoriais de todos os nossos jornais, manifestando-se sobre a não presença do Paraná, no Governo Federal. É evidente de que os nossos empresários, lamentavelmente, estão tendo a visão estreita de que esta presença se faz com nomes, porque lá não está mais Ney Braga, não está mais Mauricio Schumann, não está mais Richbieter, mas na realidade é porque o Governo Brasileiro se estreitou de brasilidade.

E veja Vossa Excelência, uma aberração que se comete aqui no Paraná, a Secretaria do Bem-Estado Social, empreendeu louvável campanha de combate ao fumo. E toda sociedade paranaense, empolgada por esta atitude, aderiu, numa campanha elogiável: dinheiro público, destinado a esta campanha; teve o apoio da Oposição.

Mas Deputados, é lamentável que o Governo Central venha concedendo às multinacionais, que hoje tomaram o monopólio do fumo, que venha aqui mesmo no Paraná, dando incentivos fiscais, para que o grande capital explore mais e mais esta Nação, para que sejamos um mercado cativo deste vício. Por isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, no apelo que fazem estes brasileiros, acima de posições partidárias, de nossa parte encarregado pela Liderança do nosso Partido, queremos deixar aqui a nossa adesão a este movimento, porque ele não é contra ninguém, ele é favorável ao Brasil, ele é favorável aos brasileiros, como muito bem diz o documento.

A grande vítima desse sistema, a grande vítima de tudo o que ocorre, é a miséria, é a fome, é o analfabetismo, é a criminalidade, é o clima social que nós assistimos no Brasil de hoje, e isto tudo é consequência imediata da exploração que o capital estrangeiro, que a alienação cultural desta Nação, patrocinada lamentavelmente, como eu disse, por setores oficiais, por setores governistas.

Por isso, Sr. Presidente, se o documento é um documento de oposição, não é um documento partidário. É a oposição da própria Nação brasileira, é a oposição do povo brasileiro que precisa dizer um "basta" àqueles que usam até, como se disse aqui mesmo pelo Partido que sustenta esse Governo, que tem a insensibilidade de gastarem 50 mil dólares com um

compositor, mas se esquecem dos milhões de tuberculosos que estão aí, se esquecem dos milhões de deficientes mentais, se esquecem dos milhões que morrem à míngua e à fome, da mortalidade infantil. É da insensibilidade desses homens e do entreguismo desses homens, que o documento combate, porque Nação nenhuma se fará, enquanto tiver à sua testa, mentalidade deste tipo e homens desta categoria.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) A Mesa consulta à Liderança do PMDB se deseja fazer uso do seu horário. (Pausa) Com a palavra o Sr. Deputado Nelson Friedrich.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Nos últimos dias a Assembléia Legislativa do Estado, no nosso entender, passou efetivamente a ter uma presença política como bem merece um Poder Legislativo porque, inclusive, entre outras coisas, se praticou nesta Casa o poder de convencimento contra a prática própria do poder que não é Poder, do processo apenas de votação.

O poder de convencimento é, na verdade, uma das veias mais importantes para tornar com vida o Poder Legislativo de qualquer País e quando deputados se convencem, mudando inclusive de opiniões anteriores, é porque está se exercitando, exatamente, essa vitalidade do poder, que é se convencer da justeza de uma proposta, se convencer de que aquilo que se está trazendo é, no momento, o mais importante e necessário.

Por isso, Sr. Presidente, ainda nessa trajetória, viemos à tribuna por determinação da Liderança do Partido de Oposição — PMDB, para falar rapidamente da emenda que temos em mãos, cuja proposição é feita na data de hoje, mas antes disso, há que se levantar algumas premissas para que haja o casamento com a conclusão dessa nossa emenda.

Começamos falando do genérico para chegar ao específico: afinal, Sr. Presidente, Srs. Deputados, está em discussão nesta Casa uma emenda que objetiva autorizar o Poder Executivo a elevar, por decreto, o percentual relativo à verba de representação a que se refere o artigo 1.º desta lei, para até 25%, emenda inclusive muito polêmica.

Mas antes de tratarmos disto, iniciemos falando de que a distribuição de renda no Brasil, como já disse desta Casa, conforme levantamento estatístico elaborado pelo Banco Mundial, em 73 países onde os dados foram levantados, aparece como a mais concentrada do que 61 países, uma vez que estamos um pouco melhor que países como a África do Sul, Rodésia e Gabão.

Em 1.976, os 5% mais ricos da população brasileira, abocanhavam cerca de 39% da renda pessoal gerada anualmente no nosso Brasil, enquanto a metade mais pobre da população, não chegava a receber 12% dessa renda.

Se ilustrarmos com a renda média, o contraste é mais violento, Sr. Presidente.

Um participante daqueles privilegiados 5% ganha, mensalmente, cerca de 40 vezes mais que um membro dos 50% menos afortunados. A situação fica mais grave, quando sabemos que a tendência com o tempo e a prática está provando, é a ampliação da problemática, pois se vê que isso já ocorreu em 70-76. Quando a cada um cruzeiro de aumento da renda média de uma pessoa pertencente à metade mais pobre da população, a renda média de um feliz membro dos 5% mais ricos, aumentou em 48 cruzeiros.

Assim é, que o País cresceu economicamente, mas não se desenvolveu socialmente, caindo por conseguinte, a qualidade de vida do brasileiro. Para evitar dúvidas, outros dados subsidiam a nossa premissa. O brasileiro tem hoje com índice de expectativa de vida, 63.6 anos, um pouco mais do verifi-

cado no Paraguai, 61.9, El-Salvador 62.8 e bem distante da Suécia, 73 anos. Numa população de 120 milhões de habitantes, 48 milhões são menores de 14 anos e a mortalidade infantil atinge índices assustadores. Enquanto nos países desenvolvidos, a participação da mortalidade infantil na mortalidade geral situa-se em torno de 5%, no Brasil atinge 49. Portanto, mais alto do que no continente africano, segundo últimos dados do CNBB.

Cada mil nascidos em Aracajú, por exemplo, morrem 150, em Porto Alegre 55 e em nossa Curitiba, conforme dados, 78-77. Vale lembrar que a causa básica ou associada da maioria das mortes de criança, é a desnutrição. E a desnutrição está estritamente ligada à baixa rentabilidade das famílias.

Mas o que dizer, Sr. Presidente, Srs. Deputados, além do problema da desnutrição, da ausência de calorias e proteínas na mesa da maioria dos brasileiros, se ampliarmos esse raciocínio e falarmos das crianças que apenas sobrevivem e a subnutrição causa todos os demais males. Desde a formação inadequada das células mentais, até o raquitismo físico e moral.

Não podemos esquecer que possuímos 25 milhões de menores carentes, contingente esse assombroso. Pois significa a 3.ª população em números do continente americano. Em verdade, a qualidade de vida cai em face à subalimentação, há subalimentação porque o povo ganha pouco e produzimos pouco alimento. E hoje, Sr. Presidente, mesmo que nós tivéssemos condições cambiais de comprar em abundância alimentos do mundo, o povo não teria poder aquisitivo para adquiri-lo no mercado. Portanto, a demanda de alimentos hoje no País é proibitiva.

E ao persistir a situação com seu processo gerador por mais tempo, ampliar-se-ão ainda mais as desigualdades, desabando uma incontida insatisfação social e que já é crescente e todos sabem disso. Este, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é na verdade a fotografia em preto e branco do País. Basta para dar mais um detalhe, que normalmente as medidas restritivas na economia do País atingem com violência sobre o assalariado ou os de pouca renda. Segundo o IBGE, em cada 100 assalariados, Sr. Presidente, 32,5 vivem ou sobrevivem nas estreitas bitolas do salário-mínimo regional. Outros 25,8 vegetam na maldita faixa de dois salários mínimos. E 18,4 conseguem se equilibrar entre dois e cinco salários mínimos do País.

Em síntese, Sr. Presidente, não devemos nos esquecer desses dados porque atinge a todos e a cada um. Cito trabalhadores em cada dez, ganham menos de que cinco salários mínimos; ou seis em cada 10 resistem milagrosamente com menos de dois salários, estrangulados nos porões da miséria absoluta e que vivem nos limites da tolerância biológica.

E veja, Sr. Presidente, que conforme cálculos feitos em maio deste ano, se provava que a cesta alimentar baseada no decreto que instituiu o salário mínimo do País, para cinco talheres deveria ser em mais de Cr\$ 12.000,00 em maio.

Todavia, o salário há muito também é inconstitucional, além de ser de fome porque está um pouco mais de Cr\$ 5.000,00.

Sr. Presidente, em 1.980, o Paraná com mais de oitenta mil funcionários públicos no Estado, tinha e tem como quadro que, praticamente 60% dos funcionários públicos recebem um pouco acima do salário mínimo. E não entro em muitos detalhes porque essa área especificamente tem sido tratada da nossa bancada, por parte do Deputado Fidelcino Tolentino, hoje ausente, mas que é preciso em alguns aspectos trazer ao menos o geral.

Portanto, mais de 50% dos funcionários públicos do Estado, recebendo um pouco acima do salário mínimo. Segundo informações ainda recebidas da Associação, de nove



a dez mil por mês recebiam os quatro mil funcionários com nível universitário, e eu estou falando em valor fixo de ganho. É lógico que se excetuam no nível universitário, os engenheiros e advogados que têm o quadro próprio especial.

Trinta e cinco mil normalistas até há pouco ganhavam um salário mínimo no Estado do Paraná; trinta e cinco mil normalistas!

Sr. Presidente, transpondo para 1.981 teríamos que aproximadamente 60% dos funcionários públicos do Estado estariam ganhando em torno de Cr\$ 8.000,00 e com a reclassificação Cr\$ 9.600,00, Cr\$ 10.000,00, praticamente 60%.

O nível universitário que nos referimos, três salários mínimos e com o novo plano Cr\$ 26.000,00 ao mês.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, tudo isso colocado, com o objetivo de fundamentar a emenda que estamos encaminhando à Casa, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, com o apoio dos outros Partidos de Oposição, PTB, solicitando por uma medida que entendemos clara, equitativa, não discriminatória, absolutamente justa, que em vez de restringirmos, que o Poder Executivo fica autorizado a elevar por decreto o percentual relativo à verba de representação a que se refere o artigo 1.º, da lei que estamos discutindo, nós ampliamos e criamos um parágrafo, Sr. Presidente: "Fica autorizado também o Poder Executivo a elevar por decreto em até 25% o percentual de que trata a Lei n.º 7.398, de 25 de novembro de 1.980, que concedeu aumento ao funcionalismo estadual".

Por que não estender, Sr. Presidente e Srs. Deputados de todos os partidos, a todas as categorias dos quadros do funcionalismo deste Estado, e as justificativas que sinteticamente elaboramos traduzem essa nossa aspiração, Sr. Presidente.

Os recentes índices de aumento do funcionalismo federal, que superaram em média dos 82%, já deixam defasada a Lei n.º 7.398, de 26.11.80, que concedeu aumento ao funcionalismo estadual, cujo índice não foi além dos 72%.

Sigamos, portanto, a lição da União, porque defasada já está a situação da Lei n.º 7.398.

Acresce, Sr. Presidente, que também há que se enfrentar os crescentes índices inflacionários do próprio exercício financeiro e é necessário instrumentar o Executivo, a fim de que não venha a ocorrer a costumeira defasagem de que o funcionalismo tem sido a grande vítima.

Nós nos deparamos com um noticiário de imprensa, e ainda ontem víamos no Jornal "Zero Hora" de Porto Alegre, e abro um parêntese para colocar aqui o Estado do Rio Grande do Sul que está pedindo água, com um orçamento altamente deficitário, com mais de treze bilhões de defasagem para 1.981; o Estado do Rio Grande do Sul encaminha à Assembléia Legislativa um aumento de 90%.

Ouvi o Secretário das Finanças, nesta Casa, numa reunião, dizer que o índice de aumento do funcionalismo público do Estado do Paraná seria um dos maiores do País, inclusive superando o Rio Grande do Sul. Está aqui, Sr. Presidente, 80%, recebeu na sexta-feira, a Assembléia Legislativa a mensagem do Executivo gaúcho, 90% de aumento ao funcionalismo público para o próximo ano.

A União propõe 82%. Estados em situação econômico-financeira muito aquém do que a do Paraná, 90%. O Paraná, cantando em prosa no seu potencial econômico-financeiro, pelas suas divisas que traz, pelo potencial econômico, industrial, agrícola, propõe 72%.

Mas Sr. Presidente, Srs. Deputados, há pouco aprovamos aqui a atualização de taxas e impostos, como por exemplo a taxa judiciária, que de Cr\$ 10,00 que entendemos ser ínfima, passou a um mínimo de Cr\$ 530,00. E, inclusive, há que se acrescentar a redução, a eliminação da redução do ICM no setor da pecuária, eliminação essa que gerará para o nosso

Estado, uma arrecadação superior a 360 milhões de cruzeiros.

E além do mais, o próprio ICM está apresentando um superavit, neste ano, conforme também a imprensa determina.

E além disto, concluo, a permanente disponibilidade da Caixa do Tesouro Nacional, fazendo com que, pelo Protocolo n.º 015243 se consultasse o Tribunal de Contas para aplicação em "open-market".

A necessidade de não haver discriminação a setores do funcionalismo, eis que a inflação atinge a todos, a partir deste pressuposto impôs-se a presente emenda.

Assim, por ser de justiça, por existirem precedentes, bem como disponibilidade de recursos, sua aprovação é imperativo de ordem social. Afinal, o Governo tem pregado em prosa e verso também que ele é um governo de função social.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) A Mesa consulta à Liderança do PDS se deseja fazer uso de seu horário. (Declina).

Tendo declinado, no horário reservado à Liderança do PDS, concedo três minutos ao nobre Deputado Gabriel Manoel e o horário restante ao Deputado Losso.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Agradecendo ao Deputado Ezequias Losso, ao meu Líder, Deputado Erondy Silvério e à Presidência da Casa pelos três minutos concedidos, queria apenas dizer ao nosso Companheiro de Casa, ao nosso amigo particular, Nilso Sguarezi, Deputado combativo, para que reformulando e estudando o problema da mensagem de Sua Excelência, o Sr. Governador do Estado, que também ele e sua bancada nos ajudassem neste momento difícil em que, por imperativo da necessidade, da defasagem e da situação econômica financeira do País, onde uma inflação está solapando os vencimentos dos pequenos, nossos, e dos que vivem de seus salários.

Ao Deputado Nilso Sguarezi é apenas um posicionamento e um apelo que eu faço, porque na vez outra em que votamos, estávamos com o pensamento, não contra ninguém, mas, apenas, procurando, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o interesse maior, que é o interesse do povo e o interesse do Estado.

Mas, fazendo um paralelo, auscultando acuradamente a necessidade de quem trabalha em benefício do povo, fazendo um paralelo, e como disse o Deputado Nilso Sguarezi, com a cabeça nos travesseiros, achamos justo votarmos favoráveis à mensagem do Sr. Governador do Estado, no que concerne aos Srs. Desembargadores deste Estado do Paraná.

Investigando e sabendo perfeitamente que os Srs. Desembargadores do Paraná ganham menos do que em outros Estados, faço um apelo à Bancada do PMDB, à Bancada que hoje está liderada por esta plêiade de jovens que, amanhã, também poderão estar na Bancada da Situação.

E é para fazermos justiça, Deputado Niso Sguarezi, que fazemos este apelo a Vossa Excelência e à sua douta Bancada, e à Bancada do PTB, à Bancada do PP, para que votemos juntos na emenda e na mensagem do Sr. Governador.

Deputado Nilso Sguarezi, o nosso tempo é pouco. Sei perfeitamente que Vossa Excelência pode pensar que mudei de idéia. Mas, a consciência nos manda que façamos este apelo a Vossa Excelência.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) Concedo a palavra ao nobre Deputado Ezequias Losso, no horário restante ao PDS.

O SR. EZEQUIAS LOSSO — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Inicialmente, quero agradecer à Liderança de meu par-

tido, pela oportunidade que nos faculta, de trazermos alguns esclarecimentos à Casa. (Lê)

“Quando, há quase 12 anos, assumimos a responsabilidade de representar o povo, inicialmente como Vereador à Câmara Municipal de Curitiba e agora como Deputado Estadual, estávamos, como estamos, conscientes de que existem políticos, na verdadeira acepção do termo, isto é, que cuidam com zelo dos negócios públicos e políticos, que sem amor à terra e ao povo os prejudicam, estabelecendo confusões e impedindo o trabalho dos verdadeiros políticos.

Por isso, não nos surpreendemos com a notícia de que estava sendo esboçado um manifesto para atacar-nos e ao Deputado Federal Igo Losso, com a participação de alguns elementos de Porto Amazonas, cujas lideranças não reconhecemos por serem inautênticas.

Preferimos não tomar conhecimento da manifestação, mas, considerando o fato de a terem encaminhado à imprensa, tendo sido publicada pelo abalizado jornal “A Gazeta do Povo”, com o título: “Lideranças de Porto Amazonas constatações de Deputados”, sentimo-nos no dever de, a bem da verdade, esclarecer alguns aspectos e refutar os termos da mesma. Tal manifestação, segundo comentários, foi preparada em Curitiba por outro politicalho, que costuma se apropriar de trabalhos alheios, servido como exemplo o caso divulgado através de uma das rádios de nossa Capital pela palavra do ilustre Deputado Erondy Silvério, Líder de nossa bancada nessa Assembléia Legislativa.

É de ressaltar que um dos seus subscritores, o Prefeito Municipal de Porto Amazonas, Celso Rodrigues Paes, foi eleito com a adoção de métodos pouco recomendáveis, como lembram autênticos portoamazonenses. Não fossem as obras executadas pelo Governo do Estado, o município certamente estaria pior do que antes de sua posse.

Outro que assinou o manifesto foi o “famoso” Vereador Pedro de Almeida Garret Sobrinho, até algum tempo atrás funcionário, em Irati, do ilustrado e digno representante do PDMB nesta Casa, Deputado Carlos Zanlorenzi.

Um aspecto curioso é o de que o mencionado Vereador se gaba, em Porto Amazonas, de ter sido contemplado pelo Vereador Donato Gulin, atual Presidente da Câmara Municipal de Curitiba, com um polpudo e tranqüilo cargo de Assessor na Capital do Estado.

O mencionado cargo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que sabemos é de Oficial de Gabinete, em comissão, símbolo 6-C da Câmara Municipal de Curitiba, rende para o Vereador portoamazonense a elevada soma mensal bruta — incluindo a gratificação de 50% por horas extraordinárias — de aproximadamente trinta e dois mil cruzeiros, desde outubro passado, pois foi nomeado no dia 08 de outubro de 1.980.

Assim, é fácil assinar qualquer manifesto!

Seria de se perguntar, qual a real função do Sr. Garret em Curitiba se é Vereador e Presidente do Diretório Municipal do PDS em Porto Amazonas? Estaria por ventura representando a Câmara Municipal de Curitiba naquele município ou atendendo ali interesses eleitoreiros do Vereador Curitibaano Donato Gulin?

Talvez por isso, que no dia da Convenção do Diretório Municipal do PDS, realizado em 05 de outubro — três dias antes da nomeação, um veículo de placa branca, da Câmara Municipal de Curitiba, esteve durante toda manhã transportando convencionais para que a chapa apoiada pelo vereador curitibano ganhasse por 14 votos de diferença da outra chapa, por nós apoiada, sem uso de qualquer veículo oficial. Isto é crasa e grave corrupção!

Cabe, aqui, abrir um parêntese para dizer que, na atual fase em que as dificuldades são inúmeras para aproveitamento, de tantos profissionais habilitados, radicados em Curitiba, é estranhável que sobre um cargo tão bem remunerado para

um vereador residente em outro município. É bom que toda Curitiba saiba disso.

Temos conhecimento de que existiriam outras sérias irregularidades que, se for o caso, analisaremos oportunamente desta tribuna.

Retornando ao principal motivo do nosso pronunciamento de hoje, refutamos, ponto por ponto, a nota publicada, nos seguintes termos:

1— O critério da representação política exercida, perante o Governador, pelo Deputado mais votado no município é legítima, quer queiram, quer não, outras correntes. Enganados, portanto, estão os subscritores do manifesto que, talvez por estarem alheios aos interesses do município, nem sequer procuraram saber que fomos, juntamente com o Deputado Federal Igo Losso, dentre os Parlamentares em exercício os que obtiveram a maior soma de votos pela antiga ARENA. Por isso, o Governador Ney Braga não cometeu nenhum engano ao nos reconhecer como verdadeiros representantes e defensores do município.

2— Quando, em pronunciamento na Câmara Federal, o Deputado Federal Igo Losso referiu-se a diversos vereadores, o fez levando em conta o interesse que os três atuantes, prestativos e honrados Edis, Leonaldo Gomes da Costa — o mais votado Vereador de Porto Amazonas — Vitorio Hulegrand e Cláudio Artuzi, têm demonstrado durante suas vidas públicas, ao trazerem as reivindicações populares. É absurda, portanto, a dedução de que “quando cita diversos vereadores não podemos concordar”.

3— No item três de suas assertivas, afirmam: “quanto à insistente luta pela estrada, causou-nos estranheza”.

Realmente, que esta divorciado das lutas pelo progresso de Porto Amazonas desconhece que em março de 1.976, portanto, antes mesmo da eleição do atual Prefeito Celso Rodrigues Paes, esta Assembléia Legislativa aprovou requerimento de nossa autoria, pleiteando, da Secretaria dos Transportes, o reinício das obras de pavimentação da estrada Lapa—BR 277, desde a sede de Porto Amazonas até a Rodovia Federal, como, foi publicado pela imprensa. Além desta providência, outros contatos foram mantidos durante a administração estadual anterior, visando o atendimento desta justa aspiração.

Outrossim, é maldosa a crítica que fazem ao Governador Ney Braga quando dizem: “Porque ficamos com as obras da mesma paralisadas por mais de um ano, sendo, em época chuvosa, completamente intransitáveis...”, pois, o nosso dedicado Governador, embora reconhecendo a situação, especialmente por nosso intermédio, do Deputado Federal Igo Losso e de comissões formadas por vereadores e líderes do município em diversas audiências mantidas — o que poderá ser comprovado pelos registros do gabinete governamental — não pode antes autorizar o prosseguimento das obras, por absoluta falta de recursos, como repetidamente explicou.

4— Se não estivemos presentes no momento da assinatura do edital de concorrência, foi porque tínhamos outros sérios compromissos a atender e nossa missão em prol do povo e ser inteiramente dispensável nossa presença no local, pois, não são os Deputados que assinam os referidos editais e porque o assunto já estava devidamente resolvido pelo Governador do Estado e Secretário dos Transportes. A argumentação que apresentam no item quatro, portanto, é tão vazia que chega ao ridículo.

5— Realmente, no tempo do Governo Jayme Canet Júnior houve solicitação de vereadores quanto à inclusão de Porto Amazonas no roteiro turístico da PARANATUR. Na oportunidade, além de termos sido, juntamente com o Deputado Federal Igo Losso, portadores da reivindicação encaminhada pelo então Presidente da Câmara Municipal de Porto Amazonas, Vereador Leonaldo Gomes da Costa, apresentamos requerimento — que foi aprovado unanimemente por esta Assem-

bléia Legislativa, propondo inclusive, o aproveitamento da estrada de ferro desativada e a colocação de um barco para navegação até São Mateus do Sul.

Encaminhado expediente oficial, deste Poder à PARANATUR, respondeu-nos esta, por escrito, enaltecendo a sugestão e informando que foi anotada para possível atendimento futuro.

6 — Esta proposição de lançamento de um barco turístico, surgiu da idéia que nos foi apresentada, há muitos anos, pelo antigo morador de Porto Amazonas, Sr. Dalcio Anunziatto.

Desconhecemos se alguém outro teve, mais recentemente, semelhante idéia.

7 — Além disso, é bom que fique claro, desde já, que conforme documentos em nosso poder, muitas outras solicitações encaminhamos aos setores competentes, dentre as quais a credenciação do Hospital pelo INAMPS, a instalação de agência do Banco do Estado, a implantação do serviço de água pela SANEPAR — de cuja inauguração participamos, bem como do desenvolvimento educacional evitando, inclusive a paralisação de curso de 2.º grau, conforme é de público conhecimento.

Concluindo, queremos dizer que com muita honra, representando o povo portoamazonense, prosseguimos a obra dos grandes e saudosos Deputado Olívio Belich e Antônio Lopes Júnior, que tanto fizeram pelo povo da região.

O justo reconhecimento a Olívio Belich, aliás, foi prestado por este douto Plenário ao aprovar, por unanimidade, projeto de nossa autoria — hoje transformado em lei por sanção do Governador Ney Braga — dando o nome do mesmo ao trecho referido na manifestação.

Assim, se pensam as pseudo-lideranças que através destes métodos escusos de ataques sorrateiros, intrigantes e mentirosos, nos abalarão em nossa disposição de trabalhar por Porto Amazonas, dizemos que estão totalmente enganados.

Queremos, finalmente, diante deste episódio lembrar que:

“A ignorância e a falta de conhecimento é o apanágio dos obscuros e retrógrados”. Dentre estes, jamais nos alinharemos”.

O Sr. Erondy Silvério — Vossa Excelência permite um aparte?

O Sr. Adalberto Daros — Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. EZEQUIAS LOSSO — Concedo inicialmente o aparte ao nobre Líder, Deputado Erondy Silvério.

O Sr. Erondy Silvério — Agradeço o aparte de Vossa Excelência e realmente li na imprensa de hoje, uma nota desabonadora, uma nota, aliás injusta e desabonadora, contra Vossa Excelência e o nobre Deputado Federal, Igo Losso.

E agora não me surpreendo quando Vossa Excelência aponta como autor intelectual daquela nota, o Vereador Presidente da Câmara Municipal de Curitiba.

Apenas estamos entristecidos, porque militamos durante 14 anos na Câmara Municipal e fomos seu presidente por cinco vezes consecutivas, eu lamento e me entristeço que o atual Presidente da Câmara haja transformado o Legislativo Municipal, num balcão de mercadores. Porque a corrupção, hoje, dentro da Câmara Municipal de Curitiba é uma constante. E Vossa Excelência quando fala em cargo de Cr\$ 32.000,00, Vossa Excelência naturalmente está se referindo ao menor cargo que lá existe. Porque o Vereador Donato Gulin, Presidente da Câmara, patrocinou a criação de 21 cargos de Cr\$ 94.000,00 um para cada vereador Curitibaano, para com isso, tentar comprar a sua reeleição à Câmara Municipal de Curitiba, que é vedado, constitucionalmente, mas mudou-se o regimento interno, mudou-se a Lei Orgâni-

ca dos Municípios, enfim, o que se fez dentro da Câmara Municipal de Curitiba e o que está se fazendo, nós temos a impressão nítida, que é a Câmara Municipal de Uganda, e não de Curitiba, capital culta e universitária, uma Câmara que deu os melhores exemplos de grandeza. Por ali transitaram homens extraordinários, homens que honraram a História de Curitiba: Antenor Pânfilo dos Santos, Aurelino Maeder Gonçalves, Vieira Neto, Elias Karan. Se nós fôssemos citar todas as grandes figuras que ilustraram os Bancos da Câmara Municipal de Curitiba, nos consumiríamos o tempo que Vossa Excelência dispõe para o pronunciamento que está fazendo.

Lamentavelmente e com muita tristeza vejo a Câmara Municipal hoje transformada num botequim onde se merca-deja o apoio e o voto.

Esta é a realidade que vivemos hoje com o Legislativo Municipal de Curitiba. Ainda vou mais longe, Deputado, consta e é evidente que eu não tenho provas disto, é que os veículos que servem hoje o Legislativo Municipal, os servem na forma de “leasing” um “leasing” feito com uma forma revendedora de automóveis em Curitiba, cujo titular dessa firma é exatamente o Vereador Presidente da Câmara Municipal.

Quer dizer, se for comprovado isto, então estará totalmente falido o Poder Legislativo Municipal e lamento sinceramente que isto aconteça e lamento também que o Prefeito da cidade forneça verba, forneça dinheiro, jogue fora o dinheiro do povo nas orgias eleitorais que se praticam hoje na Câmara de Curitiba.

O SR. EZEQUIAS LOSSO — Agradeço o aparte do Sr. Deputado Erondy Silvério e concedo o aparte ao nobre Deputado Adalberto Daros.

O Sr. Adalberto Daros — Deputado Ezequias Losso, eu gostaria de neste momento, fazer um apelo a Vossa Excelência e um apelo ao Deputado Erondy Silvério, que representa Curitiba e que efetivamente tem dentro da Câmara Municipal de Curitiba, alguns vereadores que o acompanham, como Vossa Excelência tem também o irmão, o ilustre Líder do Prefeito na Câmara hoje, Vereador Santiago Losso. O apelo que eu faço a Vossa Excelência, é de que na eleição da Mesa que se aproxima na Câmara Municipal, se Vossa Excelência assim desejar, se o Deputado Erondy Silvério concordar, talvez possamos unidos, PTB, PMDB e acredito que falo em nome do PMDB também, e de alguns companheiros que conhecemos na Câmara Municipal de Curitiba, unidos, para que se mude aquela situação lá. Vossa Excelência bem sabe do que eu estou a falar. Não gostaria de dizer de que, como foi dito neste Plenário há alguns dias, de que “roupa suja se lava em casa”, porque o caso da Câmara, me parece, está o PDS com problema, mas acredito que este PDS que está lá dentro, deve ser tirado fora, porque na verdade não presta. É uma laranja podre no meio das demais e está a estragar a caixa toda. Obrigado, Sr. Deputado.

O SR. EZEQUIAS LOSSO — Agradeço a Vossa Excelência e posso dizer que existem excelentes vereadores na Câmara Municipal de Curitiba e que estão imbuídos do propósito à renovação de novas teses, novas idéias, para que aquela Casa realmente, seja o local em que o povo Curitibaano seja de forma autêntica, defendido em seus interesses maiores.

Concedo o aparte ao Deputado Luiz Alberto Oliveira.

O Sr. Luiz Alberto Oliveira — Deputado Ezequias Losso, Vossa Excelência não precisava, para os seus companheiros de Bancada e para o Parlamento Estadual, desmentir as notícias adrede fabricadas, falsamente contra a atuação de Vossa Excelência e do Deputado Federal Igo Losso.

Não precisava porque os seus companheiros de Assembleia Legislativa tanto deste mandato quanto do mandato passado, sabem o quanto Vossa Excelência tem lutado em favor dos municípios que representa e dos ideais que abraça na política paranaense. Aliás, essa é uma característica que Vossa Excelência herdou não só do seu irmão, mais velho em política do que Vossa Excelência, mas até do seu pai, ilustre membro político da comunidade curitibana e também Deputado Federal no passado. E portanto, os seus anos de serviço, seus e de sua família, de uma família que é dedicada à fraternidade humana, a construir e nunca a destruir, dispensariam qualquer pronunciamento de Vossa Excelência a respeito deste assunto.

Eu mesmo, quero testemunhar a minha admiração pessoal por Vossa Excelência e pelos membros da sua família, que tradicionalmente fazem política no Paraná. Tradicionalmente fazem política no Paraná, e essa palavra tradicionalmente é uma palavra muito importante, para aqueles que sabem o significado da tradição na vida política.

Não a tradição de passar apenas de um cargo para outro, mas a tradição do verbo "tradeu", do verbo latino "traderi", que significa transferir. E Vossa Excelência tem recebido do seu pai, do seu irmão e do seu irmão mais moço, uma transferência de amor à coletividade e à causa pública. E estou inclusive disposto, ao seu lado em solicitar que a direção do meu partido, tome providências para apurar essas denúncias levianas e maldosas contra Vossa Excelência e contra o Deputado Igo Losso.

Obrigado.

O SR. EZEQUIAS LOSSO — Agradeço as palavras do eminente Deputado Luiz Alberto Oliveira, especialmente à solidariedade que nos apresenta.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) A Mesa consulta a Liderança do PP se deseja fazer uso do seu horário. (Declina).

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Está encerrada a Hora do Expediente.  
Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 37 Srs. Deputados.

O SR. AGUINALDO PEREIRA LIMA — Sr. Presidente, solicito a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) A Mesa deferiu.

(É procedida a chamada nominal)

Responderam à chamada nominal 36 Srs. Deputados. Há "quorum" para prosseguimento da sessão, e conseqüente votação.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

#### EM VOTAÇÃO

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 53/78, que cria no Município de Guarapuava o Distrito Administrativo de Turbo, com sede na localidade do mesmo nome e divisas que especifica. **Aprovado.**

#### EM VOTAÇÃO

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 6/80, que cria no Município de Cascavel, o Distrito Administrativo de Sede

Alvorada, com sede na localidade do mesmo nome e divisas que especifica. **Aprovado.**

#### EM VOTAÇÃO

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 166/80, que cria o Distrito de Aparecidinha D'Oeste, no Município de São Miguel do Iguaçu, com divisas que especifica. **Aprovado.**

#### EM VOTAÇÃO

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 167/80, que cria o Distrito de São José do Itavó, no Município de São Miguel do Iguaçu, com divisas que especifica. **Aprovado.**

#### EM VOTAÇÃO

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 182/80, (Mens. Govern. n.º 84/80), que modifica a estrutura da Procuradoria Geral da Justiça e altera seu Quadro de Pessoal, conforme especifica. **Aprovado.**

#### EM VOTAÇÃO

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 183/80, (Mens. Govern. n.º 85/80), que autoriza o Poder Executivo a dar fiança nos empréstimos que vierem a ser contraídos pelo Banco do Estado do Paraná S/A com o Banco Nacional de Habitação, para serem aplicados através da Companhia de Saneamento do Paraná — SANEPAR. **Aprovado.**

#### EM VOTAÇÃO

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 184/80, (Mens. Govern. n.º 86/80), que altera o art. 4.º e seu parágrafo único da Lei n.º 5.992, de 2 de setembro de 1.969, para dar nova redação à Tabela B, que faz parte da Lei n.º 4.975, de 2 de dezembro de 1.964. **Aprovado.**

#### EM VOTAÇÃO

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei Complementar n.º 185/80, que altera a redação do art. 87, da Lei Complementar n.º 3, de 14 de maio de 1.974 e adota outras disposições pertinentes ao regime de vantagens dos integrantes do Quadro de Pessoal da Polícia Civil do Estado. **Aprovado.**

#### EM VOTAÇÃO

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 186/80, (Mens. Govern. n.º 89/80), que altera dispositivos da Lei n.º 6.417, (Código de Vencimentos da Polícia Militar do Estado do Paraná) e adota outras providências conforme especifica. **Aprovado.**

#### EM VOTAÇÃO

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 71/80, de autoria do Deputado BASÍLIO ZANUSSO e OUTROS, que altera os artigos do Regimento Interno da Assembleia Legislativa (Comissões Permanentes). Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. (COM SUBSTITUTIVO GERAL DE PLENÁRIO). **Aprovado, pelo Substitutivo Geral.**

#### EM VOTAÇÃO

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 178/80, de autoria do Deputado FABIANO BRAGA CÔRTEZ, que cria cargos de provimento em Comissão, no Quadro de Pessoal da Secretaria da Assembleia Legislativa. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. COM EMENDA DE PLENÁRIO.

Em votação a Emenda. **Aprovada.**

Em votação o Projeto. **Aprovado.**

#### EM VOTAÇÃO

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 180/80, de autoria

do PODER EXECUTIVO, (Mens. Govern. n.º 83/80), que consolida as disposições tributárias pertinentes à Taxa referente ao registro do Comércio, que tem como fatos geradores os serviços prestados pela Junta Comercial do Paraná. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. **Aprovado.**

#### EM VOTAÇÃO

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 188/80, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mens. Govern. n.º 91/80), que institui verba de representação de 15% (quinze por cento) sobre o vencimento básico do cargo, aos ocupantes de cargos de Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. **COM EMENDA DE PLENÁRIO.**

Em votação o projeto, ressalvadas as emendas.

O SR. ADALBERTO DAROS — Para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao Sr. Deputado Adalberto Daros.

O SR. ADALBERTO DAROS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Quer o Executivo, através da Mensagem 91/80, instituir verba de representação de 15% sobre os vencimentos básicos dos ocupantes de cargos de Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado.

Quando apreciada a mensagem em primeira discussão, tivemos a oportunidade de, ao encaminhá-la, dizer de que havia necessidade também de que outras classes do funcionalismo público deveriam ter, não como representação talvez, mas deveriam ter também melhoria semelhante em seus vencimentos.

Quis a bancada do PDS, através de sua Liderança, o nobre Deputado Erondy Silvério, de que a pedido do Sr. Governador do Estado, a nobre Bancada — como disse, do PDS, emendou a Mensagem Governamental, dando condições, se aprovada, de que o Sr. Governador do Estado, por decreto, possa aumentar o percentual desta representação até o máximo de 25%.

Tentamos, é verdade, neste Plenário, demover os Srs. Deputados, de que os 25% achávamos, — como achamos, um percentual elevado e na última sessão desta Assembléia no sábado, ou dia anterior um quadro se passou aqui: alguns números foram colocados e deixaram no ar um resultado. Em função disso, houve, naturalmente, desabafos de ambos os lados.

Contou-se na votação da Mensagem, 17 votos contra, 14 a favor. A Mesa deu um resultado de 18 votos favoráveis, 17 votos contra. Quando se pretendia apreciar então em nova contagem, esta Mensagem, não houve condições, em função da inexistência de "quorum" legal, ou seja, a maioria e mais 1.

E hoje, após encerrada a 2.ª discussão, a matéria estando encerrada, pretende-se votar a Mensagem governamental, ressalvada a Emenda da Bancada do PDS, que aumenta de 15 para 25% a verba de representação a que alude a Mensagem.

Entendemos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, de que esta Casa, de que os Srs. Deputados que participaram da sessão legislativa anterior, quando talvez, num desabafo, não sei, demonstraram que não queriam os 25%, demonstraram neste Plenário, de que a Mensagem, como veio, do Governo do Estado, é que deveria ser colocada.

E alguns até se insurgiram contra a própria Mensagem. O Deputado Erondy Silvério, na conversa com as Lideranças, propôs até, não a retirada da sua emenda, que aumenta o teto para 25%, mas a derrubada, em Plenário, desde que a

Oposição desse número para votar a matéria.

E hoje, meu caro Deputado Erondy Silvério, se encontra esta Assembléia Legislativa, com o "quorum" necessário. Se formos somar os Srs. Deputados do PDS, que aqui se encontram, com o nobre Deputado Tadeu Lúcio Machado, 2.º Secretário, e este Deputado, que vai ficar neste Plenário e vai votar, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a favor da emenda do Deputado Erondy Silvério.

Todavia, quero deixar bem claro, que não estou votando porque me pediram, não! Vou votar a favor desta emenda, pedindo aos Srs. Deputados e a imprensa que aí está, para dizer isto, é o pedido que faço, da Oposição: vamos dar oportunidade também, a que o Sr. Governador do Estado possa, por decreto, também, dar um pouquinho mais ao resto do funcionalismo do Estado; vamos dar oportunidade, amanhã, quando formos apreciar, em 3ª discussão, a Mensagem Governamental, que se discute agora, de que o Governador do Estado possa dar pelo menos os 10% a mais, igualando, assim, ao que a União deu aos seus servidores; vamos dar oportunidade ao Sr. Governador do Estado para que ele demonstre que realmente quer atender cerca de 80 mil funcionários deste Estado.

E a se dizer, Sr. Presidente, Srs. Deputados, quando se deu aumento aos professores, foi depois, não da pressão talvez, mas uma greve, com sacrifícios, e aí, então, sim, se colocou aquela miséria ao professor; se formos analisar, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o que ganha o funcionalismo do Estado, veremos que realmente todos precisam, todos têm a necessidade de ter um pouquinho mais.

Por isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, voto com a emenda do Deputado Erondy Silvério, me ressalvando no dia de amanhã, de pedir desta tribuna também, um pouquinho de consciência mais deste Poder para que a gente possa, para que nós possamos dar condições ao Governador do Estado para que, por Decreto, dê um pouco mais a esse sofrido funcionalismo do nosso Estado.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Em votação o projeto.

O SR. JURANDIR MESSIAS — Para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Para encaminhar, concedo a palavra ao Deputado Jurandir Messias.

O SR. JURANDIR MESSIAS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Realmente nesta Casa nas últimas sessões, vem acontecendo coisas que poderíamos taxar de estranhas, haja visto, Sr. Deputado, a posição adotada neste momento com referência a esse projeto que se discute. No dia de ontem a Oposição chegou ao ponto de obstruir a sessão, para que não houvesse o "quorum" necessário.

É evidente que o nosso Líder procurou o diálogo, procurou o acerto amigável para que estas sessões chegassem ao seu final no dia de hoje. Fomos impedidos, Sr. Presidente, pelas Oposições. E hoje, pasmem, ela vem dizendo que vai votar favorável à emenda e ao projeto, porque o PDS tem maioria.

Ora, Sr. Presidente, se o PDS tem maioria, se o PDS é maioria, e se o PDS vai aprovar a Mensagem e a emenda, não entendo porquê das Oposições mudarem o seu ponto de vista, o seu posicionamento neste projeto.

Parece-me, Sr. Presidente, que seria mais prudente, mais coerente, que a Oposição se mantivesse na qualidade de oposição ao projeto e à emenda. Porque o que dirão amanhã nas ruas, nos cafés, nos bares de Curitiba — A Oposição só é

valente, só é oposição, quando tem condições, quando pode obstruir as sessões, quando não dá "quorum" para se aprovar as matérias que o Governador Ney Braga nos envia. Portanto, fica aqui, Sr. Presidente, num fim de ano, numa véspera de Natal a minha tristeza por esta posição adotada por homens que eu considero e sei que são dignos, que são homens que sempre demonstraram coerência, honestidade e trabalho nesta Casa. E num fim de ano nos dão este presente de Natal.

Era só. (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Em votação o projeto.

O SR. NILSO SGUAREZI — Para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Para encaminhar, concedo a palavra ao nobre Deputado Nilso Sguarezi.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente, na realidade eu não pretendia usar da palavra no encaminhamento. Mas como o meu nome foi expressamente citado pelo eminente Deputado Gabriel Manoel, e como nos pareceu não terem sido entendidas as palavras do Deputado Daros, que falou em nome da Oposição como um todo, nós queremos dizer sinteticamente o seguinte: O PDS não tem "quorum" hoje para votar a matéria. Não está presente na Casa o Deputado Del Ciel, o Deputado Pinto Dias, Rosário Pitelli, Wilson Fortes e Leônidas Chaves.

Diga-se de passagem, Sr. Presidente, alguns Deputados das duas bancadas, é verdade, não compareceram no período extraordinário, a tal ponto que o próprio líder do PDS cobrou da tribuna, de Vossa Excelência, providências quanto a isso.

Segundo lugar, o Deputado Daros colocou de que votaríamos favorável à emenda do acréscimo dos 10%, em razão da emenda que propusemos hoje, e que só será discutida e votada amanhã em 3.<sup>a</sup> discussão, até por uma questão de coerência. Porque se pretendemos estender a todo o funcionalismo 25%, como podemos votar contrário o 10% a apenas uma parte. E não como o nobre Deputado Jurandir Messias colocou o problema nesses termos.

Então, Sr. Presidente, nós voltamos a dizer de que tudo aquilo que dissemos da Tribuna achamos válida todas as argumentações, toda a barganha, toda a pressão que se faz sobre uma Casa Legislativa, porque no Regime Democrático é isso. Existe a pressão sobre as Casas Legislativas. Seria importante que ela se exercesse também, também ao Executivo Sr. Presidente, quando homens do próprio partido do Governo vêm denunciar corrupção em Casas Legislativas. Dinheiro do povo se jogando e se corrompendo para se obter votos, que efetivamente o Código Eleitoral fosse usado à risca.

Por isso, Sr. Presidente, dissemos daquela tribuna e sabemos o risco que o Poder Legislativo tem quando um Sr. Deputado tem que representar a sua bancada como aqui fazemos. Não viemos aqui pessoalmente, mas viemos aqui por delegação de companheiros assumir uma posição que é nossa e que é coerente. É a posição e o discernimento de dizer que jamais votaremos uma só categoria de funcionários, mas sempre votaremos a todos porque é tão importante o trabalho do Juiz, como do ascensorista, como do policial que arrisca a sua vida e ganha uma miséria.

O dinheiro do povo não importa não pode ser discricionariamente dado a este ou aquele.

Achamos, inclusive de que 25% é pouco, porque a reivindicação da Magistratura foi da ordem de 45%.

Agora, Sr. Presidente, temos a dignidade e a coragem suficiente, isto sim, de votar com consciência. E o travesseiro nos aconselhou que não voltássemos atrás, porque triste do

homem, que oprimido e acuado não tem a coragem no dia seguinte de voltar a enfrentar os seus filhos. Porque quando votamos sempre votamos conscientemente; jamais a Oposição aqui votou inconscientemente. Tanto é verdade Sr. Presidente e a Casa é testemunha que na reclassificação do funcionalismo desse Estado, a nossa bancada com o auxílio dos outros partidos contratou uma equipe externa para dar um parecer que custou dinheiro aos Srs. Deputados, para que tivéssemos efetivamente subsídios razoáveis e ponderados a votar com consciência.

Por isso, hoje votaremos favoravelmente, mas amanhã, se a nossa emenda que será discutida amanhã, não obtiver aprovação, as oposições não só votarão contrariamente, mas farão de tudo para obstruir a votação. Porque este, Sr. Presidente, é o mais sagrado recurso que há de se reconhecer às minorias, a obstrução do parlamento, recurso consignado nos regimentos internos, na tradição de todos os parlamentos e que nós, como homens de Oposição não nos é dado o direito nem a faculdade dele abrir a mão.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Em votação o Projeto de Lei n.º 188/80, ressalvada a emenda. **Aprovado, artigo por artigo.**

Em votação a Emenda n.º 1. **Aprovada.**

#### EM VOTAÇÃO

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 189/80, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mens. Govern. n.º 92/80), que dá nova estrutura à carreira de Procurador do Estado, do Quadro Especial da Procuradoria Geral do Estado, bem como autorizar o Poder Executivo a abertura de crédito especial que permita atender às despesas decorrentes. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. **Aprovado, artigo por artigo.**

#### EM VOTAÇÃO

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 190/80, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mens. Govern. n.º 93/80), que institui verba de representação de 15% (quinze por cento), sobre os vencimentos básicos do Procurador Geral da Justiça, bem como dos Conselheiros, Procurador Geral, Auditores e Procuradores do Tribunal de Contas do Estado. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. (COM EMENDA DE PLENÁRIO). Em votação o projeto, ressalvada a emenda. **Aprovado, artigo por artigo.**

Em votação a Emenda n.º 1. **Aprovada.**

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Fabiano Braga Côrtes, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o arquivamento do Projeto de Resolução n.º 74/80, de sua autoria, tendo em vista a aprovação da Emenda Substitutiva ao Projeto de Lei n.º 71/80, versando sobre idêntica matéria. **Aprovado** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Adalberto Daros, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Governador do Estado, em forma de apelo no sentido de mandar agilizar as obras da estrada Wenceslau Braz — São José da Boa Vista, bem como determinar a SANEPAR a regularização no abastecimento de água no último município mencionado. Em votação.

O SR. ADALBERTO DAROS — (Pela ordem) Sr. Presidente requiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) A Mesa deferiu.



(É procedida a verificação de votação)

3 Srs. Deputados aprovam;

28 Srs. Deputados rejeitam. **Rejeitado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Sampaio, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado à Embaixada e Consulado do Canadá, agradecendo a doação de um barco para a Colônia de Pescadores de Guaraqueçaba. **Aprovado** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Sampaio, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado à Embaixada e Consulado do Canadá, sugerindo a inclusão do Paraná no roteiro de visitas do 1.º Ministro Trudeau ao Brasil. **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gernote Kirinus, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de solidariedade e aplauso ao Arcebispo de Curitiba, Dom Pedro Fedalto, por seu posicionamento favorável a uma política de maior distribuição de rendas. **Aprovado.**

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela ordem) Sr. Presiden-

te, solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) A Mesa defer.

(É procedida a verificação de votação)

4 Srs. Deputados aprovam;

3 Srs. Deputados rejeitam.

Não há "quorum" para prosseguimento da sessão.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 23, terça-feira, à hora regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Resolução n.ºs 71, 178, 180 e 187/80.

3.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 188, 189 e 190/80.

Levanta-se a sessão.